



número 125 - Dezembro 2007

## NOSSA OPINIÃO

- A trapaça dos carbono-neutro

## MUDANÇA CLIMÁTICA

- Coalizão criada para intensificar ações que impeçam e respondam à mudança climática
- Questões de gênero e mudança climática
- A indústria do papel e o "negócio da mudança climática"
- Por que as plantações para sumidouros de carbono têm sido apenas implementadas dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto... até agora

## COMUNIDADES E FLORESTAS

- Criminalizados por Defender a Natureza
- Índia: implementação da Lei de Direitos Tribais sobre as Florestas de 2006
- Mekong: MRC faz apurações erradas
- Lei de Florestas Comunitárias na Tailândia: quem o governo militar acha que sai ganhando?

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Chile: o que não é dito sobre o trabalho florestal
- Chile: selo do CERTFOR nas plantações de árvores tem valor zero
- Papua Nova Guiné: ilhéus de Woodlark exigem a interrupção das plantações de dendezeiros
- Suazilândia: a Woodmark e a SAPPI ignoram as lições de um agricultor vizinho
- União Européia e agrocombustíveis: a insustentabilidade do insustentável

## NOSSA OPINIÃO

### - A trapaça dos carbono-neutro

Parece que ser "carbono-neutro" está na moda. O Banco Mundial, o Vaticano, os Jogos Olímpicos, a Copa Mundial de Futebol, o Body Shop, os Rolling Stones, e uma extensa listagem de celebridades se auto-proclamam como total ou parcialmente "carbono-neutro". Até a Mercedes Benz celebrou recentemente na Califórnia o que foi descrito como "a primeira semana da moda dos carbono-neutro do mundo"! É compreensível, portanto, que o Dicionário americano New Oxford tenha proclamado a expressão "carbono-neutro" como a Palavra do Ano de 2006.

É preciso reconhecer que ser "carbono-neutro" pega bem- e que muitos dos acima mencionados acreditam

honestamente que estão fazendo o que é certo- porque dá a impressão que "neutro" é sinônimo de não emitir nada em absoluto. Contudo, o conceito encobre um perigoso jogo de trapaças, em que muitas das corporações que jogam estão vencendo, enquanto o clima da Terra está perdendo.

Talvez a melhor forma de "neutralizar" esse absurdo seja através da zombaria. É o que fez quem criou o site Cheatneutral ("trapaça neutral"). Eles idearam- seguindo os passos dos inventores da compensação do carbono- o conceito de compensar a trapaça. E afirmam, "Cheatneutral" compensa sua trapaça ao financiar alguém para que seja fiel e NÃO trapaceie. Isso neutraliza as emoções doloridas e inquietantes e permite que você fique com a consciência leve."

A pretensão de "neutralizar" as emissões de carbono é tão absurda quanto isso. Os vôos carbono-neutro talvez sejam a melhor forma de mostrar que se trata de um jogo de trapaças. Os aviões não voam com recursos renováveis; funcionam a petróleo. Ao queimar, para possibilitar que os aviões voem, o carbono contido no combustível é liberado na atmosfera e nunca mais retorna a seu local de armazenagem originário no subsolo. Esse carbono nunca poderá ser neutralizado; se juntará ao crescente volume de carbono atmosférico que está destruindo o clima do Planeta.

Contudo, os engenhosos marqueteiros do carbono têm bolado uma forma de fazer dinheiro com isso. Para as pessoas que não querem se sentir culpadas ou para as empresas que visam promover-se como "respeitosas do clima", há um número cada vez maior de companhias dispostas a providenciar- em troca de algum dinheiro- uma solução.

Por exemplo, a empresa britânica Carbon Neutral afirma que, "Voar é uma das causas que agrava mais rapidamente a mudança climática, devido ao carbono emitido." Não obstante, quem quer que possa se sentir preocupado com isso fica logo com a garantia de que é possível "Neutralizar suas emissões de carbono com nossos Vôos carbono-neutro, e fazer uma viagem verde." Dependendo do percurso do vôo, "neutralizar" seu vôo tem um custo que oscila entre 9 e 106 dólares. Além de liberar você de sua culpa, a companhia também providencia aos compradores um "Certificado com uma dedicação especial se você quiser", um "Mapa colorido e informações sobre 'seus' projetos", uma "Etiqueta de bagagem feita em couro reciclado" e uma "Pasta cor creme amarrada com uma fita ." (não é piada, está no site da Carbon Neutral!)

Muitas outras empresas têm sido criadas para lucrar com a compensação do carbono. A TerraPass, Native Energy, DriveNeutral, Climate Friendly, AtmosFair, Climate Care, GreenSeat são alguns exemplos do número cada vez maior de empresas que oferecem tais serviços.

Os significados que essas empresas dão à "compensação" são diversos, oscilando desde lâmpadas eficientes até plantações de árvores. Nesse jogo de trapaças, a última questão é o que mais nos preocupa. Um relatório recente (State of the Voluntary Carbon Market 2007) explica que alguns projetos são mais "carismáticos" que outros, e acrescenta que "As árvores são uma área do seqüestro de carbono que todo o mundo entende, até as crianças o entendem... a população também."

A despeito de seu "carisma", as árvores provaram que são problemáticas e isso levou a que algumas instituições em prol da neutralidade em carbono se desligassem de tais programas: "Devido aos muitos problemas com os projetos de plantação de árvores, a Fundação David Suzuki só compra compensações de projetos de energia renovável e de energia eficiente." O Body Shop explica que, "Em 2006, compensamos nossas viagens aéreas a negócios ... ao financiarmos projetos que não incluem a plantação de árvores". A empresa Cleaner Climate- que fornece serviços carbono-neutro para a Adobe- explica que "não planta árvores" porque "a ciência que está por trás do seqüestro de carbono não está suficientemente aprimorada" e porque está "compromissada com ter um impacto positivo nas comunidades locais"-; dessa forma, deixa implícito que as plantações têm um impacto negativo.

A preocupação sobre a compensação referida às plantações de árvores não tem surgido por acaso. É o resultado de anos de fazer campanhas contra as plantações de monoculturas de árvores em longa escala e documentar seus impactos e as lutas contra elas. Além disso, alguns casos especialmente negativos de plantações para compensação de carbono (tais como os da Fundação holandesa FACE no Equador e na Uganda) têm sido investigados e amplamente explicitados, o que obriga às empresas de comércio de carbono a buscar investimentos de menor risco.

Esta preocupação cada vez maior pelas plantações é uma notícia muito boa para as comunidades locais que podem ter sofrido os impactos das plantações para compensação de carbono. Contudo, implica que o florescente mercado de carbono está simplesmente se transferindo para outras áreas mais "carismáticas". É necessário expor essa fraude. As pessoas devem entender que ser "carbono-neutro" tem exatamente o mesmo valor que ser "trapaças-neutro"-zero- e que a verdadeira ação global para reduzir drasticamente as emissões de combustíveis fósseis é uma necessidade urgente- sem trapaças.

[início](#)

---

## MUDANÇA CLIMÁTICA

### - Coalizão criada para intensificar ações que impeçam e respondam à mudança climática

Na Conferência das Partes da Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática celebrada em Bali, Indonésia, em dezembro 2007, diversos movimentos e grupos sociais acordaram estabelecer uma coalizão chamada Climate Justice Now!, a fim de aumentar a troca de informações e cooperação entre eles e com outros grupos no intuito de intensificar as ações para impedir e responder à mudança climática.

Os integrantes da coalizão são Carbon Trade Watch, Transnational Institute; Center for Environmental Concerns; Focus on the Global South; Freedom from Debt Coalition, Philippines; Amigos da Terra Internacional; Gendercc - Women for Climate Justice, Global Forest Coalition; Global Justice Ecology Project; International Forum on Globalization; Kalikasan-Peoples Network for the Environment (Kalikasan-PNE); La Vía Campesina; integrantes do Grupo Durban pela Justiça Climática; Oilwatch; Pacific Indigenous Peoples Environment Coalition, Aotearoa/Nova Zelândia; Sustainable Energy and Economy Network; The Indigenous Environmental Network; Third World Network; WALHI/ Amigos da Terra Indonésia; Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

Em 14 de dezembro, a coalizão emitiu a declaração a seguir:

"O pessoal das organizações e movimentos sociais do mundo inteiro levaram a luta por justiça social, ecológica e de gênero às salas de negociação e às ruas durante a cúpula climática das Nações Unidas em Bali. [1]

Dentro e fora do centro de convenções, ativistas exigiram políticas e práticas alternativas que protejam as formas de sustento e o ambiente.

Em dezenas de eventos paralelos, relatórios, protestos espontâneos e coletivas de imprensa, foram expostas as falsas soluções para a mudança climática- tais como compensação de carbono, comércio de carbono por florestas, agrocombustíveis, liberalização e privatização do comércio-, impulsionadas por governos, instituições financeiras e corporações multinacionais.

As comunidades afetadas, os povos indígenas, as mulheres e os camponeses exigiram soluções reais para a crise climática- soluções que não captaram a atenção dos líderes políticos. Tais soluções genuínas incluem:

\* consumo reduzido

\* grandes transferências financeiras do Norte para o Sul baseadas na responsabilidade histórica e dívida ecológica para adaptar e mitigar os custos arcados com desvio de orçamentos militares, impostos inovadores e cancelação da

dívida.

\* deixar os combustíveis fósseis no subsolo e investir em energias renováveis eficientes e seguras, limpas e manejadas pelas comunidades.

\* direitos com base na conservação de recursos que imponham os direitos territoriais indígenas e promovam a soberania dos povos sobre a energia, florestas, terras e a água.

\* agricultura familiar sustentável e soberania alimentar dos povos.

Durante as negociações, os ricos países industrializados colocaram uma injustificável pressão sobre os governos do Sul para comprometer-se com as reduções de emissões. Ao mesmo tempo, eles rejeitaram cumprir suas próprias obrigações morais e legais para cortar radicalmente as emissões e apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para reduzir as emissões e adaptar-se aos impactos climáticos. Mais uma vez, no mundo, a maioria está sendo forçada a pagar pelos excessos da minoria.

Comparado com os resultados das negociações oficiais, o principal sucesso em Bali é o ímpeto que tem sido construído para a criação de um movimento, diferente e global, pela justiça climática.

Levaremos nossa luta além das negociações, para a prática e para as ruas- Justiça Climática Já!"

[início](#)

---

## - Questões de gênero e mudança climática

Pela primeira vez na história da Convenção sobre Mudança Climática das Nações Unidas, uma coalizão mundial de mulheres esboçou manifestos sob as perspectivas das mulheres e do gênero a respeito das problemáticas mais apremiantes negociadas na Convenção que ocorreu em Bali, Indonésia, de 3 a 14 de dezembro. Gênero e Mudança Climática (gender cc)- uma aliança mundial de mulheres pela justiça climática- apresentou seus manifestos em uma coletiva de imprensa durante a Convenção e distribuiu centenas de cópias aos delegados dos governos.

Uma das questões chave afirmada nesses documentos é que "As mulheres são as mais atingidas pela mudança climática, mas também são elas as catalisadoras fundamentais para uma mudança positiva. O conhecimento e a experiência delas é crucial para uma mitigação bem-sucedida da mudança climática, bem como para a adaptação à mudança climática".

Elas exigiram "um regime climático desenhado em um contexto de igualdade de gênero e de diretrizes de sustentabilidade, em vez de ser impulsionado pelos fatores econômicos dominantes. Para mitigar a mudança climática, as causas de base devem ser abordadas com maior aprofundamento".

Também exigiram o "reconhecimento da contribuição das mulheres para a conservação das florestas. As mulheres deveriam ser incluídas em todos os mecanismos de proteção florestal, medidas e programas de compensação. O comércio de carbono, os enormes projetos hídricos e a expansão dos agrocombustíveis não são a solução para a mudança climática; só incrementam o desmatamento".

Ulrike Roehr, coordenadora em funções da rede gender cc afirmou: "Precisamos questionar a perspectiva dominante que focaliza principalmente as tecnologias e os mercados e introduzir a solidariedade e a justiça no centro das medidas e mecanismos." Roehr enfatizou que "A falta de perspectivas de gênero no atual processo climático não apenas viola os direitos humanos das mulheres- princípio fundamental acordado pela comunidade das Nações Unidas- como também acarreta falhas na eficiência e eficácia das medidas e instrumentos relacionados com o clima."

No último dia da Conferência, a rede gender cc apresentou um vigoroso Comunicado ao Plenário ao afirmar: "Exortamos a vocês, nossos governos, que garantam o corte drástico das emissões em sua origem. Vocês têm o poder para fazê-lo aqui e agora. As pessoas ameaçadas pela mudança climática não podem esperar."

Ao mesmo tempo, em uma declaração conjunta com MADRE (vide [http://www.wrm.org.uy/actors/CCC/Bali/Women\\_Agrofuels.pdf](http://www.wrm.org.uy/actors/CCC/Bali/Women_Agrofuels.pdf)), ambas organizações rejeitaram os agrocombustíveis como um meio válido de reduzir as emissões de carbono, e exortaram a todos os países e partes interessadas que, entre outras coisas, apelassem ao Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito aos Alimentos, Jean Ziegler, por uma moratória no desenvolvimento dos agrocombustíveis, que vem ocupando, cada vez mais, as terras agrícolas e assim agrava a fome no mundo.

Para maiores informações sobre a rede gender cc entrar em contato com: Ulrike Roehr, gender cc -women for climate justice, [roehr@life-online.de](mailto:roehr@life-online.de), [www.gendercc.net](http://www.gendercc.net)

[início](#)

---

### - A indústria do papel e o “negócio da mudança climática”

Durante muitos anos, a indústria do papel e da celulose vêm tentando se maquiar de verde. Aparentemente, não há um desafio tão grande para uma das indústrias mais poluidoras do planeta. Apesar de a produção de papel ser um grande consumidor de energia e ser causador significativo das emissões de gases de efeito estufa, o último desafio para a indústria é ser “neutra em carbono”. Ao tempo que a redução das emissões de gases de efeito estufa pode soar como algo que todos nós festejaremos, essa discussão dominada pela indústria deixa de lado o fato de a indústria do papel e a celulose estar se espalhando rapidamente, em especial nos países do Sul. Também ignora a problemática do maciço excesso de consumo de papel nos países do Norte. A melhor maneira de reduzir o impacto da indústria do papel e celulose é reduzir o volume de papel produzido. Mas obviamente a indústria do papel não está interessada em falar disso.

Em outubro de 2007, a Associação de Produtos Florestais do Canadá (FPAC) anunciou que até 2015 se tornaria a primeira indústria “neutra em carbono” do Canadá. O anúncio foi feito durante uma conferência em um luxuoso hotel cinco estrelas no centro de Ottawa. Com um discurso de abertura por conta de Keith Trent da Duke Energy e Clive Mather, Presidente da Shell Canadá, a conferência foi intitulada, bastante adequadamente, “O Negócio da Conferência sobre Mudança Climática”.

A FPAC iniciou uma parceria com o WWF para “ajudar a nortear a iniciativa”. A FPAC afirma que já reduziu suas emissões de gases de efeito estufa em 44 por cento entre 1990 e 2004. Mas essa cifra de 44 por cento de redução das emissões é fraudulenta. Exclui as chamadas “emissões indiretas” - emissões produzidas na geração de electricidade usada pela indústria.

Um relatório de 2005 inclui tanto as emissões diretas quanto as indiretas e conclui que as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do setor florestal em 2002 foram as mesmas que as de 1980. O relatório, elaborado pelo Conselho de Ministros Florestais do Canadá, observa que o setor florestal é o “maior usuário de energia industrial no Canadá e tem significativas emissões de GHG [gases de efeito estufa]”.

Outro relatório mais recente desvenda dados que indicam que a situação pode ser ainda pior. Este relatório foi encomendado pela FPAC, dando à indústria uma pequena desculpa para ignorá-lo. Escrito pelo Conselho Nacional para o Ar e Melhora de Energia (NCASI), o relatório compara as emissões de 1990 com as de 2005. O relatório calcula as emissões diretas da fabricação, as emissões indiretas da geração de electricidade, as emissões do transporte e o metano produzido pelos produtos florestais nos aterros. Em 2005, conforme o NCASI, a indústria florestal foi responsável por um total de 53,3 milhões de toneladas de dióxido de carbono que equivalem- se comparadas com as 49,7 milhões de toneladas de 1991- a um aumento de 7,2 por cento.

Mas o relatório do NCASI não pára por aí. Introduce uma criativa contabilidade na forma de “seqüestro” e “emissões

evitadas" que dá a impressão que as coisas não são tão ruins como parecem e que podem ser melhores em breve. "Os dados disponíveis demonstram que as emissões de GHG ao longo da cadeia de valores da indústria de produtos florestais estão em grande medida compensadas pelo seqüestro que se consegue nos produtos florestais," escreve o NCASI. As emissões de metano decorrentes da decomposição do papel e outros produtos florestais nos aterros são a maior fonte de gases de efeito estufa da indústria florestal canadense, sendo responsáveis por cerca de 46% das emissões de gases de efeito estufa da indústria em 2005. O NCASI explica com tom tranquilizador que, "as emissões de metano dos aterros atribuíveis aos produtos florestais canadenses estão mais que compensadas pela armazenagem líquida de carbono nos produtos florestais despejados nos aterros." Alguns produtos florestais nos aterros se decompõem rapidamente e liberam metano; outros se decompõem mais lentamente, e liberam o metano mais lentamente. Isso, conforme o NCASI é "seqüestro".

As "emissões evitadas", por sua vez, são mudanças que a indústria poderia fazer, tais como produzir mais papel reciclado ou usar uma combinação de geração de calor e energia elétrica. O fato de a indústria também poder evitar as emissões ao produzir menos papel não é mencionado no relatório do NCASI. Em vez disso, o NCASI prevê um aumento no consumo de produtos florestais.

Em setembro de 2007, a Confederação das Indústrias Papeleiras da Europa (CEPI) publicou um Quadro para o Desenvolvimento do Traço de Carbono (Carbon Footprint Framework). A CEPI não fez nenhuma afirmação importante sobre a indústria estar se tornando "neutra em carbono". Em vez disso, o Quadro do Traço de Carbono apresentou uma série de argumentos que as empresas podem usar para convencer os consumidores de que seu produto é "neutro em carbono". Não é de surpreender que os argumentos da CEPI sejam semelhantes aos da homóloga canadense. Por exemplo, a CEPI propõe que a indústria deve argumentar que o carbono é seqüestrado tanto nas florestas quanto nos produtos de papel: "Usar a afirmação que o Manejo Florestal Sustentável (SFM) garante que os estoques de carbono nas florestas são estáveis ou que até melhoram com o tempo e construir com base nessa afirmação."

Dentro dos motivos que levam a um aumento do consumo de papel está o fato de as empresas constantemente apresentarem novos usos para o papel e promoverem diversas formas de usar mais papel. Quando esses produtos de papel terminam nos aterros, se decompõem e produzem metano. Em vez de tentar maquiagem verde suas atividades com espúrios argumentos sobre o seqüestro de carbono, a indústria do papel e celulose deveria deixar de produzir resíduos.

Por Chris Lang. <http://chrislang.org>

[início](#)

---

### **- Por que as plantações para sumidouros de carbono têm sido apenas implementadas dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto... até agora**

Na percepção do grande público, as árvores são associadas automaticamente com benefícios ambientais, e há uma demanda dos consumidores pelos "paporricados" projetos de plantações de árvores para compensação, em oposição ao tipo de reduções de emissões industriais que tem dominado o mercado do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Estima-se que cerca de 40% dos créditos de carbono gerados no mercado voluntário provém dos projetos relacionados com árvores.

No entanto, os projetos florestais- especificamente as plantações como sumidouros de carbono- têm estado em grande medida ausentes do mercado de carbono "certificado" pelo MDL. Esses projetos ainda representam uma parte ínfima do programa de comercialização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto.

Como informou Jutta Kill no Boletim Nº 119 do WRM, “três anos depois de serem adotadas as normas sobre os projetos de florestamento e reflorestamento, e após 12 rodadas de apresentações sobre metodologia de base, apenas uma plantação, na China, foi registrada como projeto MDL.”

Essa é uma boa notícia para as comunidades locais que lutam contra as plantações de monoculturas de árvores porque se implementadas, as plantações para sumidouros de carbono teriam sido legitimadas pelo Protocolo de Kioto como uma suposta “solução” para o problema crescente da mudança climática, e teria aumentado ainda mais a expansão das destrutivas plantações no Sul, através de subsídios canalizados por meio do mercado de carbono.

A idéia embutida no conceito dos sumidouros de carbono é que as plantações de árvores, através da fotossíntese, poderiam “compensar” as emissões de dióxido de carbono ao absorverem CO<sub>2</sub>. Há muitos anos, Larry Lohmann (1) alertou que “O problema consiste em como calibrar uma ‘equivalência’, significativa e confiável, entre o carbono seqüestrado permanentemente nos depósitos de combustíveis fósseis, o CO<sub>2</sub> transitório na atmosfera, e o carbono seqüestrado temporariamente como resultado de qualquer plantação de árvores particular ou programa nacional de plantação de árvores. Ninguém tem a menor idéia de como fazer isso. Nem é provável que a tenham algum dia.”

Não obstante, a pergunta é: por que as plantações de árvores não têm sido adotadas de forma generalizada como um mecanismo de “compensação” quando tantos governos estão ansiosos por sua promoção, oferecendo créditos de carbono, inúmeros e baratos, com base no crescimento rápido das árvores nos países do Sul?

Uma das possíveis explicações é que o Protocolo de Kioto, ao tempo que reconhece o florestamento e o reflorestamento como atividades válidas para eliminar as emissões dos gases de efeito estufa, estabelece limitações para as compensações das chamadas Atividades de Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Silvicultura (LULUCF): só é permitido o equivalente a 1% das emissões do ano base (1990) ao ano e por país. Além disso, os créditos de tais projetos de plantação de árvores são temporários-- uma circunstância que os compradores percebem como complexa e arriscada.

Adicionalmente, as plantações de árvores para sumidouros de carbono são arriscadas: podem pegar fogo e liberar o carbono armazenado nas árvores, como ocorreu recentemente na África do Sul e na Suazilândia (vide Boletim Nº 123 do WRM). Ao mesmo tempo, tais plantações enfrentam diversos problemas legais relacionados com títulos de terras, títulos de carbono, transferência de direitos, contratos de implementação e de gestão, e problemas metodológicos que incluem indisponibilidade de dados de base, falta de clareza na definição do conceito floresta, “vazamento”, etc. (2).

E ainda mais importante, a oposição às plantações em nível local e o apoio das ONGs em nível internacional certamente tem tido certo impacto. Como afirmaram o economista Franck Lecocq e o funcionário do Banco Mundial, Philippe Ambrosi em um relatório de 2007 (3), “Os projetos LULUCF no MDL enfrentam... críticas de algumas partes interessadas, especialmente das ONGs ambientalistas. Os projetos LULUCF- argumentam os críticos- seriam ambientalmente insalubres, inundariam o mercado com créditos irrealistas, e acarretariam desastres ambientais no Sul porque favoreceriam as plantações industriais de espécies exóticas de crescimento rápido em detrimento de um manejo florestal sustentável e comunitário. Essa pressão levou a uma limitação rigorosa do alcance dos projetos LULUCF sob o MDL nos Acordos de Marrakesh.”

Contudo, duas decisões recentes ainda poderão atrair mais plantações ao MDL. Primeiramente, foram eliminadas restrições como a exigência de os projetos MDL de plantações de árvores apenas poderem ocorrer em terras que não tinham sido florestadas depois de 1990. Tal restrição, inicialmente colocada para impedir que o MDL providenciasse um perverso incentivo para desmatar florestas e substituí-las com monoculturas patrocinadas pelo MDL, foi recentemente eliminada pela Junta Executiva do MDL. Com essa mudança, o MDL se tornará bem mais

atraente para as empresas plantadoras e a mudança "fará com que áreas significativas usadas para as polémicas plantações em grande escala possam ser candidatas a projetos MDL." [vide Boletim Nº 119 do WRM em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/119/CDM.html>]. A segunda mudança acaba de ser acordada nas negociações sobre o clima em Bali; aumentou o tamanho dos projetos de plantações de árvores que podem solicitar ao MDL, com procedimentos simplificados e com menos exigências, que avalie os impactos sociais e ambientais. Isso também será um incentivo adicional para as empresas plantadoras que tentem ter acesso ao MDL.

Outro ponto que cabe mencionar é que enquanto um único projeto de plantações de árvores tem sido registrado como um projeto de florestamento e reflorestamento do MDL, as empresas plantadoras têm descoberto outro caminho dentro do MDL: os projetos energéticos-- em vez dos projetos de sumidouros de carbono. A V&M do Brasil, cujas plantações em Minas Gerais tomaram esse caminho e agora estão obtendo lucros no MDL sem serem identificadas como projetos de plantações de árvores pelo MDL. No caso da V&M, nem sequer o assassinato de um camponês por um guarda de segurança das plantações da V&M foi suficiente para revogar o registro como projeto MDL [vide Boletim Nº 119 do WRM, em <http://www.wrm.org.uy/boletin/119/Brasil3.html>].

Até agora, as plantações como sumidouros de carbono têm sido implementadas com dificuldade dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto, mas a tendência atual poderia provocar mudanças fazendo necessária a intensificação da conscientização e a resistência.

(1) vide "The carbon shop: planting new problems", at <http://www.wrm.org.uy/plantations/material/carbon.html>

(2) vide "Markets for LULUCF Credits", at

[http://www.climatefocus.com/newspubs/downloads/publications/LULUCF\\_markets.pdf](http://www.climatefocus.com/newspubs/downloads/publications/LULUCF_markets.pdf)

(3) "The Clean Development Mechanism: History, Status, and Prospects"

(<http://earthmind.net/labour/briefing/docs/reep-2007-cdm.pdf>)

Artigo baseado nos comentários de Jutta Kill, FERN, e-mail: [jutta@fern.org](mailto:jutta@fern.org), Kevin Smith, Carbon Trade Watch, e-mail: [kevin@carbontradewatch.org](mailto:kevin@carbontradewatch.org) e Larry Lohmann, The Corner House, e-mail: [larrylohmann@gn.apc.org](mailto:larrylohmann@gn.apc.org) e nos documentos acima citados.

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - Criminalizados por Defender a Natureza

No passado mês de novembro, foi celebrada em Quito a Cúpula de Comunidades Criminalizadas por Defender a Natureza. A criminalização faz parte de uma estratégia que visa fazer calar qualquer protesto contra as atividades extrativas das transnacionais dentro das fronteiras do Equador. Parece que o próximo acusado pode ser qualquer um. Basta que erga sua voz contra a irracionalidade da economia global.

A maioria dos casos acontece nas últimas áreas remanescentes de floresta tropical no país- onde também estão localizados os recursos mineiros e petrolíferos. Na reunião foram analisadas as circunstâncias do número crescente destes casos de criminalização injusta de índios e camponeses que se opõem às atividades empresariais de extração, tanto nacionais quanto transnacionais.

O encontro de Quito quis e conseguiu ser um primeiro passo para "visibilizar, junto à opinião pública nacional e internacional, a escalada de perseguições políticas, judiciais e para- judiciais a líderes sociais defensores da natureza e da vida, diante de um modelo de desenvolvimento economicista, que viola os direitos", tal e como anunciava a convocação à Cúpula. No Equador, a criminalização aos camponeses tem ocorrido no Norte, na região subtropical de Intag e atualmente no Sul do país, na região amazônica.



Alguns dos participantes do evento pareciam aliviados ao verem que não são os únicos que estão vivenciando essa situação. Polícia, tribunais, investigações, indagações, sentenças, juízes, advogados, fiscais, médicos. Este mundo surpreendeu repentinamente a todos eles. Alguns viraram especialistas em leis e procedimento penal. Não é estranho, quando uma única pessoa deve enfrentar dez, quinze e até vinte julgamentos.

É o caso de Tarquino Cajamarca, do cantão Limón Indanza na província amazônica de Morona Santiago, perseguido pela Sipetrol, gestora do projeto Hidroabánico; de Rodrigo Aucay de El Pangui na província amazônica Zamora Chinchipe, perseguido pela mineradora Corrientes Resource da canadense Ecuacorrientes; de Polibio Pérez, da região subtropical de Intag, que foi perseguido pela mineradora canadense Ascendant Cooper. No evento foram ouvidos testemunhos sobre esses casos. O maior crime dos três líderes comunitários, respeitados e reconhecidos em suas regiões de origem, talvez tenha sido o fato de ter se oposto mais energicamente às atividades das transnacionais, conforme afirmam os representantes das organizações de direitos humanos. Infelizmente não são casos isolados.

Os custos para defender esses líderes e todos os camponeses acusados são enormes, tanto em termos econômicos quanto em esforço físico e psicológico. Não se trata apenas dos honorários dos advogados que devem ser pagos. As distâncias que os criminalizados devem percorrer até chegar às audiências são enormes. Muitos deles moram em paragens remotas, onde quase não existia a delinqüência até a chegada das transnacionais a essas regiões. Estas pessoas estão sendo vitimadas por um modelo de desenvolvimento completamente alheio a suas formas de vida e de entender o mundo. Alguns foram detidos na cadeia, outros foram obrigados a ficar escondidos durante dias ou semanas para evitar a prisão, e assim foram afastados de suas famílias e suas atividades cotidianas. Atualmente, há um mandado de apreensão contra Tarquino Cajamarca de Limón Indanza.

A defesa é difícil. Em muitos casos, a acusação não é feita diretamente pelas transnacionais ou pessoas abertamente relacionadas com elas, mas por pessoal pago para dar falso testemunho e acusar os líderes camponeses de crimes comuns que eles não cometeram. Em alguns dos processos, depoimentos idênticos de várias testemunhas evidenciaram que estavam repetindo um roteiro que tinham recebido previamente. A Comissão Ecumênica de Direitos Humanos CEDHU bem como a Fundação Regional de Assessoria em Direitos Humanos INREDH, ambas com sede em Quito, possuem documentação completa sobre inúmeros casos. Conforme um integrante da INREDH, os camponeses vêm sendo vinculados a listas negras. Roubam deles material de trabalho como computadores, como parte de uma estratégia para imobilizar as organizações de reivindicação social. A Unidade de Investigação da CEDHU informa também sobre inúmeros casos de agressões por parte do pessoal das empresas extrativas ou de pessoal pago por elas, que incluem ameaças de morte, perseguição, agressões físicas, fustigamento, calúnias, entre outras.

Cada vez há mais acusados de crimes comuns que eles não cometeram, e por isso é necessária e urgente a tomada de providências. O número de líderes comunitários e camponeses que vêm sendo criminalizados por empresas como resposta à resistência que opõem algumas comunidades às atividades extrativas de petróleo, mineração ou outras nas áreas de floresta tropical é assustador. Conforme a Unidade de Investigação da CEDHU, as acusações ultrapassam a centena, e os acusados são bem mais, já que deve considerar-se que grande parte destas causas são múltiplas, quer dizer, que acusam mais de uma pessoa. Todos eles sabem muito bem por que se opõem a essas atividades econômicas: “Quem foi beneficiado com os 30 anos de exploração petroleira? As ruas dos países do Norte estão cada vez mais enfeitadas e iluminadas, enquanto em Lago Agrio (cidade petroleira na Amazônia Equatoriana) os moradores continuam na escuridão, e pior ainda, doentes de câncer e contaminados”, diz Humberto Cholango, presidente da Ecuarunari. Muitas populações manifestam que não querem acabar em condições semelhantes e por isso rejeitam a extração dos recursos naturais em suas regiões. Existe uma forte resistência à mineração em Intag, Pacto, El Pangui, Napo, Machala e em outros cantos do país.

“Nós, os povos, somos paridos pela mãe terra e é por isso que devemos defendê-la”, diz Cholango. “Mas sem violência”, especifica Esperanza Martínez, presidenta da Ação Ecológica- organização que também participou do

encontro. “A não- violência é uma arma muito mais poderosa, e para defendermos a natureza não pode ser de outra forma”, acrescenta. Mesmo assim, os líderes e camponeses são acusados de crimes de sabotagem e terrorismo, atentados contra a segurança do país, rebelião e atentados a funcionários públicos, apologia do delito, associação ilícita, crimes contra a propriedade como o roubo e crimes contra as pessoas como o seqüestro. Com esses crimes comuns tentam disfarçar as ações da resistência popular, e, de quebra, encarcerar as pessoas que exercem maior oposição às atividades das empresas em seus territórios a fim de eliminá-las ou neutralizá-las. Para o trabalho sujo, são contratados paramilitares ou sicários. Isso já aconteceu reiteradas vezes no Equador.

Na região subtropical de Intag, quatro dos 15 processos iniciados pela mineradora canadense Ascendant Cooper foram concluídos com resoluções absolutórias e favoráveis aos comuneiros injustamente acusados. “A justiça nos deu a razão”, diz Robinson Guachagmira, que expôs o caso de Intag durante o encontro de Quito, “Eu mesmo estive oito dias na cadeia, os piores dias da minha vida, nos quais me consolava ao pensar que esse sacrifício poderia contribuir para que o meio ambiente e as florestas de minha região permanecessem intocados para as futuras gerações”. Mais de 90 pessoas da região noroeste de Intag foram surpreendidas com esse tipo de denúncias arbitrárias.

Conforme o Dr. Raúl Moscoso, advogado engajado com as causas sociais e presente na Cúpula, “Os atos de resistência das comunidades são atos políticos”. O doutor Moscoso elaborou e sustentou a primeira versão da proposta de Lei de Anistia para este tipo de casos. A elaboração desse projeto de Lei de Anistia e a conformação de uma Rede Internacional de pessoas afetadas para evitar o enfrentamento isolado e individual às acusações, foram algumas das soluções propostas ao gravíssimo problema da criminalização a camponeses, bem como a proposta de iniciativas de mobilização conjunta. Com a proposta da Lei de Anistia, que no mesmo dia da Cúpula foi possível colocar nas mãos de Alberto Acosta, presidente da Assembléia Constituinte bem como apresentar junto à Fiscalía Geral da Nação, o objetivo é proteger as pessoas que participarem de ações de resistência comunitária em execução ou que venham a ser executadas. Esta Anistia geral deveria poder ser aplicada aos casos individuais. Também deveria incluir a anistia por responsabilidade civil.

Infelizmente, este fenômeno da criminalização não é um fato isolado nem exclusivo do Equador. Em outros países da América Latina também ocorre em idênticas condições, associado a outras indústrias extrativas ou ao agronegócio, como é o caso da cultura maciça de soja no Paraguai, ou de dendezeiro na Colômbia, onde as empresas também usam indiscriminadamente a denúncia e a acusação contra a população camponesa afro- colombiana, para fazer calar a voz discordante que quiser impedir o desenvolvimento da atividade econômica empresarial em terras comunitárias. Também em relação com a mineração bem recentemente ocorreu o caso da criminalização de 7 índios Maya Mam na Guatemala. Idênticas notícias chegam desse país: “Através do julgamento encenado, a empresa visa enfraquecer o movimento social anti-mina que está lutando por seus direitos no município de San Miguel Ixtahuacan, enquanto consegue espalhar sua exploração na região e desestruturar socialmente as organizações que se opõem à exploração mineira”, conforme a organização Derechos en Acción, desse país.

ÚLTIMA HORA: O assunto da criminalização do protesto social é de raivosa atualidade no Equador ao ser detida a Prefeita da província amazônica de Orellana, acusada de ter organizado o protesto social que culminou no dia 29 de novembro em Tiguino e Dayuma. Com ela, foram detidas mais 22 pessoas. Criminalizados. Suas reclamações: pavimentação de uma estrada, fornecimento de água e luz, e reparação dos danos no ambiente e na saúde causados pela extração petroleira. Por isso, a província está em estado de emergência e foi declarado o toque de recolher. Por sua vez, o presidente Correa, em diferentes atos públicos, fez referência ao protesto social, chamando os ecologistas de esquerdistas, românticos, infantis e até de terroristas, desconhecendo o fato de o protesto proceder dos moradores e não dos “ecologistas”. Na raiz da ira do presidente está a intenção de explorar, a qualquer preço, minas e petróleos, em uma desesperada busca de recursos, e apesar de ter se apresentado reiteradamente como “amigo da população indígena”, que seria a principal afetada em todos os sentidos. Parece que o presidente não gosta da resistência social legítima que gerou o balanço de 30 anos de exploração petroleira na Amazônia, onde a pobreza e o abandono persistem apesar de tudo o que foi prometido pelas petroleiras.

Em conclusão podemos apontar que é necessária a união dos líderes e camponeses afetados, em nível nacional e internacional e uma resposta acorde com o problema da criminalização por parte das instituições do Governo para evitar a persistência dessa situação, bem como a garantia de mecanismos- como a Lei de Anistia- que impeçam a fustigação da população por parte das transnacionais e do próprio Governo. Quem for defensor do meio ambiente, das florestas tropicais e dos direitos humanos pode ser o próximo acusado de sabotagem, terrorismo, roubo, seqüestro, injúrias, incêndio, lesões ou associação ilícita. Mas não devemos esquecer que, acima de tudo, defender os direitos continua sendo uma responsabilidade de todos.

Por Guadalupe Rodríguez, Campaigner Selvas Tropicales y Derechos Humanos, Salva la Selva, Latinoamérica, correio electrónico: [guadalupe@regenwald.org](mailto:guadalupe@regenwald.org), [www.salvalaselva.org](http://www.salvalaselva.org), [www.activistas.nireblog.com](http://www.activistas.nireblog.com)

[início](#)

---

### **- Índia: implementação da Lei de Direitos Tribais sobre as Florestas de 2006**

Em 7/ 12/ 2007, o Ministério de Assuntos Tribais da Índia prometeu ao parlamento indiano que a Lei de Direitos Tribais sobre as Florestas de 2006, que o parlamento aprovou há um ano, será comunicada e implementada a partir de 1º/1/2008.

A Índia tem cerca de 90 milhões de tribais, em sua maioria chamados Adivasis, que têm vivido principalmente do uso sustentável das florestas e cujos direitos podem ser garantidos por esta Lei. Durante os últimos 60 anos, cerca de 30 milhões de tribais foram deslocados de suas moradias e afastados de suas formas de vida devido a projetos de 'desenvolvimento'.

A nova Lei reconhece, pela primeira vez, que os Adivasis e outras comunidades tradicionais da floresta que nunca antes tiveram documentos de posse de seus lares ou lavouras, têm direitos legais para morar na floresta com suas formas de sustento tradicionais.

Mas a implementação da Lei tem sido adiada durante meses. Inclusive, recebeu a oposição de publicidades televisivas nas quais, crianças com faixas nas mãos exigiam que os Adivasis deviam ser tirados das florestas a fim de proteger as florestas.

O Primeiro Ministro, Manmohan Singh, e a líder do partido do Congresso, a governista Sonia Gandhi consideram agora se a Índia irá determinar apressadamente os inúmeros habitantes indígenas das florestas a fim de serem trasladados de sua floresta ancestral para 600 santuários sem terem seus direitos explicitados com clareza- ou se a Índia primeiramente irá esclarecer, em conformidade com a nova Lei, quais são seus direitos antes de definir se podem ser deslocados e como. Se fossem demarcados os 'habitats críticos de vida silvestre' dos 600 santuários em duas semanas violaria as exigências de um devido procedimento e possivelmente deslocaria milhões de pessoas.

A Lei providencia um procedimento legal adequado para estabelecer os habitats de vida silvestre críticos para que o reassentamento possa ocorrer a través do consentimento prévio e informado das comunidades e com compensações determinadas de mútuo acordo, com base em direitos devidamente estabelecidos. Além disso, os compromissos internacionais de proteção da biodiversidade exigem, do mesmo modo, um papel fundamental das comunidades locais e indígenas e seu envolvimento no uso sustentável e na conservação da biodiversidade.

O que o governo indiano decidirá agora antes do novo ano quanto a possíveis deslocamentos de comunidades indígenas da floresta ainda não fica claro. Por isso, o Programa de Biodiversidade e Florestas da Amigos da Terra Internacional, o WRM e outras organizações ambientalistas solicitaram, em 13/12/2007 ao Primeiro Ministro indiano e a Sonia Gandhi, a presidência do governo da Coalizão UPA, para garantir a devida implementação da Lei de Direitos

Florestais.

O processo para legalizar os direitos consuetudinários e tradicionais dos Adivasis à vida na floresta, a moradias na floresta, ao sustento através da agricultura de subsistência e da coleta de produtos florestais estará, em qualquer caso, repleto de lutas, já que a burocracia, vários grupos de elite e outros grupos que obtêm lucros do turismo ecológico pretendem manter o controle sobre a floresta. Amplos protestos de movimentos pelos direitos florestais, unidos através da Campanha pela Sobrevivência e a Dignidade, continuam em vários estados indianos, contra os despejos forçados e em prol de a Lei ser devidamente implementada.

Tal como a Lei afirma, o reconhecimento dos direitos dos habitantes indígenas das florestas é necessário para corrigir a histórica injustiça que eles sofreram. Isso é válido não apenas para a Índia como também para o mundo inteiro.

Por Ville-Veikko Hirvelä, e-mail: [villeveikkoh@gmail.com](mailto:villeveikkoh@gmail.com)

[início](#)

---

### - Mekong: MRC faz apurações erradas

Recentemente, foram reavivadas antigas propostas de construção de barragens no Baixo Rio Mekong. Conforme os comunicados de imprensa da ONG Terra, com base na Tailândia, os governos da República Democrática Popular do Laos, Camboja e Tailândia concederam licenças a companhias tailandesas, malásias e chinesas para desenvolver estudos de viabilidade de mais de seis barragens de grande porte no trecho inferior do Mekong. Há dez anos, os projetos foram desconsiderados pelo alto custo e os potenciais danos ambientais.

A Comissão internacional do Rio Mekong (MRC) tem a obrigação de proteger o rio. Conforme a organização TERRA (vide comunicados de imprensa em [http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/Mekong\\_Mainstream\\_dams\\_media.pdf](http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/Mekong_Mainstream_dams_media.pdf) e [www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/Press\\_Release\\_12\\_Nov.pdf](http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/Press_Release_12_Nov.pdf)): “Conforme o Acordo de 1995 sobre o Mekong, a MRC deve ‘realizar todos os esforços necessários para evitar, minimizar e mitigar os efeitos prejudiciais que vierem a ocorrer no meio ambiente... em decorrência do desenvolvimento e uso dos recursos hídricos da Bacia do rio Mekong’ (Artigo 7).” Contudo, mesmo que os pesquisadores do 6º Simpósio sobre a Pesca no Mekong do MRC concluíram que “qualquer barragem no curso principal do Mekong... poderia ser desastrosa para a pesca...” a MRC guardou silêncio, disse TERRA, a qual observa que “Embora o estabelecimento da MRC fosse aclamado como um passo para vencer os antagonismos do passado na Região do Mekong, continua sendo dominada pelos interesses nacionais de seus estados membros, escorada por um foco nos benefícios econômicos em detrimento de qualquer outro.”

Umhas 175 organizações locais e internacionais- inclusive o WRM- assinaram uma carta dirigida ao Presidente da Secretaria da Comissão do Rio Mekong, e às instituições doadoras que atualmente apoiam a MRC, expressando sua preocupação sobre a planejada construção de seis hidrelétricas no Baixo Rio Mekong bem como “o fracasso da Comissão internacional do Rio Mekong para ratificar o Acordo do Mekong de 1995 nesta conjuntura crítica”. (vide a carta na íntegra em [http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/Letter\\_%2012\\_November.pdf](http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/Letter_%2012_November.pdf)).

Em vez de responder às sérias problemáticas apresentadas na carta, a medida da MRC foi começar a verificar se as organizações subscreventes eram reais. Não há dúvidas que a MRC tinha o direito de fazer isso, mas deveria fazê-lo, no mínimo, adequadamente.

O WRM recebeu uma mensagem da MRC- assinada por Lieven Geerinck- que expressava que “a Comissão do Rio Mekong toma as declarações com muita seriedade”, e que “A lista de organizações subscreventes no documento anexado é bastante importante embora tenhamos encontrado algumas organizações de pouca relevância para o

assunto (por ejemplo, [www.proyectogato.org](http://www.proyectogato.org)). Nós acreditamos na comunicação genuína. Seria possível confirmar que sua organização assinou a carta anexada?" (vide a mensagem da MRC em [http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/MRC\\_Message.html](http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/MRC/MRC_Message.html)).

Parece que a MRC cometeu um grande erro ao dizer que o Proyecto Gato- em nome do qual assinou Jan Cappelle- tem "pouca relevância para o assunto". Se a MRC tivesse se dado o tempo de googlar "Jan Capelle" ou "Proyecto Gato" não teria se confundido com uma organização que cuida gatos! e teria sabido do envolvimento direto da organização com a questão das barragens na região.

Mas esse não foi o único erro. O comunicado de imprensa e as informações para a mídia foram produzidos evidentemente por TERRA- uma organização que vêm trabalhando nessa questão há muitos anos- e por isso, a MRC deveria ter se comunicado com ela e não ter escrito a alguns dos subscreventes para perguntar se tinham assinado ou não ou se eram "relevantes para o assunto" ou não.

A MRC deveria agir conforme com sua suposta seriedade e responder ao requerimento de providenciar "algumas medidas de supervisão profissional e avaliação técnica dos projetos de barragens planejados" bem como oferecer detalhes de sua "principal estratégia de coordenação de todo tipo de projetos hidrelétricos na Bacia do Mekong para garantir uma solução sustentável ou medidas alternativas para pôr em prática".

O que a MRC tem feito para garantir que as barragens construídas na Região do Mekong desde 1995 não infringissem os direitos humanos básicos ou resultassem na destruição do ambiente? O que fez para abordar os impactos das barragens nas que esteve envolvida antes de 1995?

As organizações civis do Rio Mekong ainda estão esperando a resposta da MRC no tocante a essas questões.

[início](#)

---

### **- Lei de Florestas Comunitárias na Tailândia: quem o governo militar acha que sai ganhando?**

A Assembléia Nacional Legislativa (ANL) da Tailândia, constituída após o golpe militar no ano passado, e que deve ser dissolvida depois das eleições gerais de 23 de dezembro, aprovou, no último fôlego, a longamente esperada Lei de Florestas Comunitárias. Em vez de consolidar os direitos constitucionais para todas as comunidades manejarem suas áreas florestais, a ANL escolheu excluir os direitos das comunidades que habitam fora das "zonas de conservação", a fim de poder fazer parte do manejo florestal.

Com a rejeição do fato real de as comunidades na Tailândia terem até hoje 18 anos de experiência no manejo florestal comunitário, desde a proibição das concessões madeireiras, a maior parte dos políticos e integrantes da ANL ainda consideram que os moradores são destruidores da floresta. As informações, as notícias e as análises tendenciosas criaram temor e suspicácia entre o grande público tailandês. Essa perspectiva apresenta apenas duas formas de resolver os problemas decorrentes da destruição florestal. A primeira é declarar áreas de conservação (artigo 3) nas que a população é impedida de morar. As "Zonas de Conservação" abrangem "Parques Nacionais, Santuários de Vida Silvestre e Áreas de proibição da caça, reguladas pelas leis correspondentes, ou outras áreas que são bacias hidrográficas ou outras áreas com valor ambiental que devem ser conservadas conforme as normas ministeriais". A segunda é promulgar leis que outorguem poder monopólico aos funcionários governamentais para aplicar multas pela destruição florestal.

A despeito dessas perspectivas ultrapassadas, hoje em dia, as comunidades aprenderam das crises das florestas degradadas que acarretaram sérios problemas a seu sustento, em um contexto em que as comunidades agrícolas dependem da natureza. As comunidades que estiveram envolvidas na destruição da floresta no passado, voltaram em conjunto para preservarem a floresta. Fica claro que essas comunidades apenas podem manejar as florestas

efetivamente se a sociedade reconhecer seu papel e as comunidades puderem determinar suas próprias chances econômicas, sociais e políticas. Nessa base, elas serão capazes de manejar a floresta com o uso de mecanismos, tanto formais quanto informais, que dependem da natureza das áreas e da condição do grupo e da comunidade. Vários grupos externos estão promovendo um processo de aprendizagem que inclui a aprendizagem a respeito dos problemas enfrentados pela comunidade ou a aprendizagem entre as comunidades, com informações e notícias externas à comunidade.

O manejo das florestas comunitárias não está bem defendido já que existe uma abordagem legal que visa determinar os limites de vários tipos de floresta para simplificar o manejo do governo, ao dividir as áreas de manejo conforme as responsabilidades das diferentes unidades governamentais. Contrariamente, o manejo das florestas comunitárias não faz uma distinção rigorosa entre áreas agrícolas, áreas de moradia, áreas de floresta e também não faz uma separação rigorosa de quem é o dono da terra e a quem a floresta pertence.

Na Tailândia, o manejo das florestas comunitárias começou com as comunidades de dentro e de fora das florestas de conservação. Isso reflete uma conscientização crescente de que o manejo efetivo das florestas depende de uma aprendizagem e de um fortalecimento do processo dentro da comunidade. As comunidades têm a capacidade e estão prontas para manejar as florestas dentro de um limite que tem sido avaliado junto com a comunidade conforme suas condições socio-ambientais, econômicas e políticas.

O conceito de elaborar a versão da Lei de Florestas Comunitárias proposta pela população provém da consideração das lições do florestamento comunitário que funciona na prática. O manejo de florestas comunitárias serve como apoio para aumentar a área de floresta natural na Tailândia, em vez das plantações comerciais de árvores nas áreas de reservas nacionais, e também para reflorestar áreas degradadas, terras públicas e áreas alagadiças que vêm sendo destruídas por uma série de projetos de desenvolvimento. As florestas comunitárias deveriam ser permitidas especialmente nas áreas de florestas de conservação que estão em risco de destruição o tempo todo devido à atividade madeireira ilícita que tem a conivência de funcionários e pessoas endinheiradas.

Essas áreas têm permanecido fora do alcance da lei e sob um pano de escuras nuvens de corrupção dos funcionários governamentais que sempre estão à cata de seus próprios lucros. Será que a ANL considerou o fato de as comunidades estabelecidas dentro e fora das zonas de conservação terem tido um papel importante na proteção das florestas próximas nas zonas de conservação e o fato de muitos líderes comunitários terem sido assassinados ao protegerem a floresta em várias áreas?

O governo expande as áreas de conservação dentro das férteis florestas remanescentes, que justamente são as áreas que têm sido protegidas pelas comunidades. Em vez de recompensar as comunidades com confiança, o projeto de Lei de Florestas Comunitárias têm cortado seus direitos a manejar as florestas comunitárias, com o argumento de eles estarem estabelecidos fora da zona de conservação. A localização das aldeias fora da zona de conservação em quase toda parte é o resultado da negociação entre as comunidades e o governo. A população exigiu que o governo isentasse suas aldeias e terras agrícolas, estabelecidas há muito tempo, de ser demarcadas como áreas de conservação, e dispusesse que as áreas de florestas comunitárias fossem designadas dentro das zonas de conservação do governo. Isso foi feito com boas intenções, a população esperava que suas florestas comunitárias pudessem ser cuidadas conjuntamente pela comunidade e o estado. Essa questão causou considerável sofrimento às comunidades, que ao entregarem suas florestas comunitárias para as "zonas de conservação", viram que a floresta era destruída ainda mais rapidamente. A comunidade não teve poder para deter os madeireiros, e ao mesmo tempo não pôde usar sua floresta.

Tal fechamento do espaço social para o manejo das florestas pelas comunidades também originou conflitos mais sérios entre o governo e as comunidades. No fim, a sociedade tailandesa e as comunidades apenas viram o aumento da destruição da floresta por parte de grupos investidores e funcionários governamentais que só pretendem tirar lucros da floresta. No futuro, as comunidades deverão enfrentar uma severa pobreza devido a terem sido tiradas das

florestas das quais dependiam. Quem será responsável por isso depois de o governo militar enviar a lei de Florestas Comunitárias aos ex políticos que estarão de volta após a eleição desse fim de semana?

Por Sayamol Kaiyoorawong. A autora tem trabalhado para apoiar a minuta da população da Lei Florestal Comunitária. Atualmente, é a Diretora de Environmental Awareness Building com sede na provincial de Trang, no sul da Tailândia. Este artigo foi publicado antes na Tailândia na Prachataam News Network em dezembro de 2007 ([www.newspnn.com](http://www.newspnn.com)).

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### - Chile: o que não é dito sobre o trabalho florestal

O desenvolvimento florestal no Chile está caracterizado por uma grande desigualdade na distribuição da riqueza econômica gerada por essa indústria. Os grandes juros que são subvencionados por todos os chilenos e chilenas levam os grupos econômicos proprietários dessas empresas a gerar grandes riquezas e deixam a população observando como são menosprezados seus esforços e recursos sem receber em troca benefícios reais dessa atividade.

Os danos econômicos produzidos pelos desastres ambientais são assumidos pelos afetados (em Rio Mataquito, Rio Cruces em Valdivia, por perda de água em áreas nítidamente florestais, etc.). Por sua vez, o governo e a empresa fazem ouvidos surdos aos danos que provocam as plantações de pinheiros e eucaliptos nas comunidades próximas, maioritariamente mapuches.

As condições do trabalho florestal, e seus trabalhadores, mantêm-se encobertos da opinião pública e invisíveis diante da comunidade, sem a possibilidade de os meios de comunicação terem qualquer acesso a eles, o que poderia manifestar as múltiplas dificuldades que enfrentam tanto no âmbito do trabalho quanto da saúde física e psicológica. A diferença com os trabalhadores de outros setores, como a mineração ou o transporte comercial é que nestes setores os trabalhadores têm uma maior capacidade de exposição e conhecimento dos problemas porque geralmente estão em áreas urbanas ou povoadas e os meios de comunicação divulgam esses assuntos com maior frequência devido à proximidade da notícia. Contrariamente, o trabalho florestal ocorre, em geral, em áreas afastadas e de difícil acesso, além de serem restritas por se tratar de propriedades florestais privadas. Acrescenta-se a isso a escassa capacidade organizativa dos trabalhadores por pertencerem a pequenos empreiteiros e subempreiteiros.

A perda de acesso aos bens naturais afetados pelas plantações florestais, como a água que, a cada dia está mais escassa nos arredores das plantações, provoca o êxodo dos camponeses e mapuches pobres para as cidades. Os recém- chegados, geralmente, se juntam ao cinturão de pobreza e aos diferentes serviços de assistência social.

Por outro lado, os danos milionários nas estradas e pontes provocados pelo tráfego pesado dos caminhões que transportam a madeira, recaem diretamente sobre os pequenos produtores hortícolas. Eles, impedidos nessas circunstâncias de levar seus produtos aos centros de consumo, muitas vezes acabam por perdê- los. Em consequência, os custos não são assumidos pelas empresas mas por toda a população chilena que contribui com o dinheiro para pagar as reparações das estradas estragadas.

Os salários dos trabalhadores florestais são calculados por produção ou rendimento, medido em metros cúbicos. É comum que as cifras sejam alteradas, ou seja diminuídas. É um mecanismo usado por algumas Emsefor (Empresas de Serviços Florestais) para manipular as informações que os trabalhadores recebem quanto aos salários.

Não há informações completas do total de acidentes trabalhistas porque os acidentes menores (batidas, entorses,

ferimentos leves) são freqüentes e tratados fora do sistema oficial, quase sempre em clínicas ou com médicos particulares, sem ser registrada a ocorrência. Com isso evitam aumentar as taxas de acidentes trabalhistas, o que incrementaria os custos do seguro.

O regime de trabalho que deixa os chefes de família 12 dias fora de suas casas e lhes oferece 3 de folga, não facilita um convívio familiar saudável alterando a manutenção de lares bem constituídos.

O contacto com as plantações recém- fumigadas com praguicidas, herbicidas e fungicidas, entre outros, e a pouca preocupação da empresa por realizar análises sanitárias com regularidade, não permitem que os trabalhadores recebam a devida informação sobre os riscos aos que estão expostos.

A prova mais evidente das repercussões deste modelo de desenvolvimento está nos altos índices de pobreza e baixo desenvolvimento humano nas regiões que se dedicam principalmente ao trabalho florestal- como o caso da oitava região e a província de Malleco da nona região do Chile.

Obviamente o modelo florestal produz riqueza, e abundantemente, mas a pergunta é qual é o tipo de riqueza e em que medida beneficia quem está relacionado com sua geração (trabalhadores florestais como motosserristas, estroberos, desbicadores, capatazes, operadores, transportistas, mecânicos, etc.) e em que medida só engorda os cofres dos grupos econômicos inescrupulosos que tiram proveito do fato de todos os chilenos arcarem com os custos negativos desta indústria

Não resta dúvida que o número de pobres que é gerado é maior que o de quem consegue sair dessa categoria em virtude do trabalho florestal. A desculpa freqüentemente usada por quem governa e pelas empresas para promover o modelo florestal nas regiões mais pobres do Chile é a geração de empregos e portanto a absorção de mão-de-obra. Os fatos, no entanto, demonstram o contrário, já que por causa da indústria florestal perderam-se empregos independentes, bem remunerados, com trabalhadores que se esforçam mas que obtêm uma recompensa suficiente e são livres, e ainda por cima, não provocam grandes impactos no meio ambiente. É o caso das vagas geradas pela pesca artesanal, o turismo e a agricultura. Em troca, geraram-se empregos mal remunerados, escravizadores, arriscados e que, além disso, geram grandes impactos no meio ambiente.

Qual é o tipo de empregos que queremos? Qual o tipo de empregos que querem nossos governantes?. Parece que eles não se importam com isso enquanto eles conservarem os próprios.

Por: Red de Acción por los Derechos Ambientales (RADA), correio eletrônico: [radatemuko@googlegroups.com](mailto:radatemuko@googlegroups.com)

início

---

### - Chile: selo do CERTFOR nas plantações de árvores tem valor zero

Grande parte das plantações das empresas florestais chilenas estão certificadas, algumas pelo FSC e a maioria pelo CERTFOR (filial do PEFC). Em números redondos, o FSC já certificou cerca de 350.000 hectares enquanto o CERTFOR, cerca de 1.600.000 hectares. Devido à importância do CERTFOR no Chile, é interessante fazer uma análise mais detalhada.

A primeira questão que chama a atenção é o número total de hectares certificadas pelo CERTFOR, equivalente a quase 80% do total plantado no Chile. Quer dizer que estas empresas certificadas são as principais responsáveis da maior parte dos problemas ambientais documentados no Chile com relação às plantações: destruição de floresta nativa, degradação de recursos hídricos, tanto em quantidade quanto em qualidade, impactos sobre o solo, a flora e a fauna.

Ao mesmo tempo, essas plantações florestais provocaram sérios impactos sociais: ocupação de territórios mapuche,



repressão, criminalização, migração, perda de empregos, condições de trabalho ruins, doenças decorrentes do uso de agrotóxicos.

Cabe salientar que encontrar informações sobre essas empresas certificadas não foi uma tarefa simples. Eventualmente foi possível encontrar as grandes cifras de plantações, citadas nos parágrafos a seguir, mas não foi possível encontrar os detalhes da localização e o do tamanho das diversas propriedades, já que nenhuma dessas empresas fornece esse tipo de informação nos sites.

Também chama a atenção o fato de um único grupo econômico- Grupo Arauco- possuir mais de um milhão de hectares de plantações de pinheiro e eucalipto certificadas pelo CERTFOR. Fazem parte do grupo as empresas Bosques Arauco (289.000 has), Forestal Celco e Forestal Cholguán (550.000 has) e Forestal Valdivia (252.000 has).

Por sua vez, o outro grande grupo econômico- Grupo Matte, proprietário da Forestal Mininco- possui entre 550.000 e 600.000 hectares certificadas pelo mesmo selo.

Além dos impactos acumulados (um aspecto que parece não ter importância para os certificadores) dessas plantações, os dois grandes grupos têm um longo histórico- passado e presente- de impactos sociais e ambientais negativos. Em uma matéria publicada recentemente neste boletim (Chile: as pernas curtas da mentira florestal- Boletim Nº 120), resumimos muitos destes impactos. Por exemplo, nele informamos que "na época do ano de maior demanda de mão-de-obra, no município de Los Sauces, Província de Malleco, sul do Chile, a Forestal Mininco apenas dá emprego a 19 pessoas do município, com salários muito baixos... Tal como acontece em outras partes do país, seus enormes lucros são traduzidos- em perda da qualidade de vida para os moradores locais. 33,8% da população vive entre a pobreza e a indigência."

E ainda, "A atividade agrícola diminuiu 22% nos últimos 10 anos, obrigando pouco mais de 1.400 pessoas a emigrar aos povoados... Uma das razões é a falta de água, já que as plantações florestais têm ressecado os solos. A cada verão, a prefeitura deve distribuir água em caminhões para o consumo domiciliar."

"Mas, além da falta de água existe o problema da poluição com agrotóxicos. Os vizinhos das áreas rurais de Porvenir Bajo e Porvenir Alto sofrem graves problemas pelas fumigações realizadas pela Forestal Comaco. Os agrotóxicos, principalmente herbicidas (glifosato e simazina), são borrifados em forma mecânica ou manual antes de plantar e em diversos momentos da primeira etapa de crescimento das árvores, poluindo assim rios, esteiros e acéguas."

Os trabalhadores que conseguem arrumar um emprego nessas empresas certificadas também devem enfrentar problemas. Uma notícia publicada recentemente na imprensa (15/11/07) informa que "trabalhadores florestais da Província de Arauco, em Curanilahue, acusam a Forestal Arauco de intervencionismo dos sindicatos; de descumprir seus compromissos e obrigações; de empobrecer seriamente a província". E pior ainda, um movimento iniciado em março, na área de Arauco "que iniciou as negociações dos trabalhadores empreiteiros com os grupos florestais matrizes (Bosques Arauco, Forestal Mininco)... deixou como saldo um trabalhador morto".

Estas empresas também são responsáveis pela criminalização da oposição e das longas penas de prisão impostas aos oponentes. A exceção ocorreu em 15 de junho de 2007, quando, pela primeira vez, uma empresa florestal- a Mininco- perdeu uma ação judicial iniciada por um comuneiro mapuche, José Cariqueo. Contudo, corresponde lembrar que durante cinco anos, José Cariqueo, esteve encarcerado e foi perseguido pelas falsas acusações da Mininco.

Em suma, ao outorgar o selo a estas empresas, o CERTFOR está outorgando a ele mesmo outro selo: o de óbito.

Artigo elaborado com base nas informações de: Mapuexpresss. Trabajadores Forestales denuncian a Empresa Arauco del Grupo Angelini, 15/11/07 <http://www.mapuexpress.net/?act=news&id=2185>

Pehuén. Mapuche gana juicio a forestal Mininco, 15/6/07

<http://www.pehuen.org/mapuche-gana-juicio-forestal-mininco>

El Quinto Infierno. Amplia gama de actividades en Santiago y regiones por movilización de CUT

<http://www.elquintoinfierno.cl/2007/08/28/amplia-gama-de-actividades-en-santiago-y-regiones-por-movilizacion-de-cut/>

Cifras de plantaciones certificadas, <http://www.pefc.org/> y <http://www.certfor.org/>

[início](#)

---

## - Papua Nova Guiné: ilhéus de Woodlark exigem a interrupção das plantações de dendezeiros

O território de 85.000 hectares da ilha Woodlark na província de Milne Bay da Papua Nova Guiné está quase totalmente coberto por uma densa floresta tropical de baixa altitude que abriga várias espécies endêmicas.

A maioria dos 6.000 ilhéus dependem do meio ambiente natural bem como dos recursos marinhos, plantam hortas- principalmente inhame, taro, batata doce e banana-, e praticam a caça e a pesca- atividades que rendem uma pequena mas importante parte de sua dieta.

Atualmente, os ilhéus enfrentam a ameaça de ser engolidos pela proposta de uma propriedade com 60.000 hectares de plantações de dendezeiros, que faz parte de um projeto da empresa Vitroplant Ltda., com base na Malásia. O projeto também inclui a construção de uma planta de éster metílico de óleo de dendê na cidade de Alotau- capital da província. A Woodlark alimentará a fábrica com o óleo de dendê extraído das extensas plantações de monoculturas de árvores para a produção de biodiesel destinado ao consumo interno e a exportação.

O estabelecimento da plantação de dendezeiros estará localizado em aproximadamente 60.000 ha. A maior parte do projeto seria desenvolvida em terras governamentais e o restante em plantações de aldeias, quer dizer, dendezeiros em terras consuetudinárias.

A companhia apresentou a solicitação de uma Licença Ambiental que ainda está pendente de concessão. Conforme a solicitação, a empresa afirmou que todas as exigências necessárias tinham sido satisfeitas, inclusive a consulta com os donos das terras.

Não obstante, George Laume, da CELCOR INC. FoE- PNG, recebeu as informações da população da ilha, preocupada com o grande projeto de azeite de dendê, e recentemente ele concluiu que ainda falta consulta, e as comunidades se opõem a esse desenvolvimento.

O relatório do mês passado (1) de Jeremy Hance afirma que "conforme os ilhéus, eles nunca foram consultados a respeito dos planos antes de o governo ter concedido o arrendamento à Vitroplant Ltda." O Dr. Simon Piyues é um médico nascido na ilha que tem se tornado um defensor da luta contra as plantações de dendezeiros. Hance cita a declaração de Piyuwes: [há] "várias razões pelas quais os planos da Vitroplant Ltda. são inaceitáveis para os ilhéus. Ele afirma que a atividade madeireira pode destruir o ébano endêmico da ilha, causar a extinção de espécies raras e ameaçar a vida marinha em decorrência dos dejetos do projeto. Ele não apenas antevê desastres ambientais, como também a desintegração da cultura nativa, devido a que os planos da companhia podem acarretar 'comportamentos socialmente inaceitáveis na ilha'. E todos os ilhéus podem eventualmente ser ameaçados com 'esfomeação' já que 'não haverá espaço para as hortas e a caça'. O Dr. Piyuwes admite que enquanto houver algum benefício econômico e de infra-estrutura para a ilha, ele acredita que as desvantagens ultrapassarão folgadoamente as vantagens."

Um projeto anunciado por seus promotores como crucial para o desenvolvimento da ilha é percebido por muitos como uma ameaça para a Papua Nova Guiné. Recentemente, mais de uma centena de ilhéus e defensores viajaram até a sede do governo provincial de Milne Bay em Alotau, para pedir a suspensão do projeto de azeite de dendê e reclamam que devolvam suas terras.

Nascida de uma exigência popular, a interrupção das plantações de dendezeiros pode mudar o curso do país. Construída na conscientização, determinação e impulso dos ilhéus de Woodlark; essa mudança poderia ser atingida.

Artigo baseado em informações providenciadas por George Laume, CELCOR INC. FoE-PNG, e-mail: [glaume@celcor.org.pg](mailto:glaume@celcor.org.pg), [www.celcor.org.pg](http://www.celcor.org.pg), e (1) Biofuels versus Native Rights: Planned logging of Woodlark Island for biofuels opposed by islanders and scientists, Jeremy Hance, especialmente para [mongabay.com](http://news.mongabay.com), 12 de novembro de 2007, [http://news.mongabay.com/2007/1112-hance\\_woodlark.html](http://news.mongabay.com/2007/1112-hance_woodlark.html)

[início](#)

---

## - Suazilândia: a Woodmark e a SAPPI ignoram as lições de um agricultor vizinho

Peter George é um agricultor. Ou, mais exatamente, ele era um agricultor. Ele comprou a Granja Elangeni na região de alta estepe da Suazilândia em meados dos anos 1970. Ele plantou hortaliças junto com algumas árvores de eucaliptos e acácias. E duas vezes ao dia ia até o mercado local para vender seus repolhos. Tinha ovelhas, frangos, duas vacas e um pastor alemão meio cego. Poucos anos depois, ele começou uma pequena criação de peixes, que vendia aos restaurantes locais e hotéis. Ele construiu sua própria casa, casou e começou uma família.

Quando comprou a granja, havia abundância de água nos córregos que baixavam pelas encostas próximas à granja. Em meados dos anos 1980, a empresa de celulose Usutu começou a plantar pinheiros nas montanhas. George foi obrigado a interromper sua atividade agrícola quando os córregos da granja secaram. Em 1988, a empresa de celulose e papel SAPPI virou sócia majoritária da fábrica de celulose Usutu e de suas plantações. “Em 1990, o abastecimento de hortaliças [água] se reduziu a zero e o abastecimento da casa era através de um poço”, ele explica. No início, ele pensou que seria por causa de uma seca. “Mas quando os córregos não tinham água nem sequer na época de chuvas, devia haver um bom motivo,” ele disse.

Em novembro de 2007, fiz parte de uma equipe do WRM que visitou a Suazilândia. Junto a meus colegas de Amigos da Terra, que estavam na Suazilândia para seu encontro anual, visitamos a fábrica de celulose, fedorenta e poluidora, da SAPPI. A água do córrego que passava ao lado da fábrica era de cor negra azeviche devido aos efluentes da fábrica.

Peter George nos convidou para visitar sua granja no dia seguinte. Quando chegamos, os trabalhadores estavam muito ocupados cortando as plantações de eucaliptos em sua terra que já tinham queimado no início do ano. Como os córregos secaram, o eucalipto foi uma das poucas culturas que ele pôde plantar. As plantações da SAPPI próximas da granja de George estavam queimadas pelo fogo - a SAPPI perdeu cerca de sete por cento de suas plantações na Suazilândia por causa dos incêndios neste ano.

Percorremos a granja, e George nos mostrou onde a empresa de celulose Usutu tinha plantado pinheiros, justamente ao longo dos córregos que forneciam a água para sua granja. A SAPPI começou a cortar as plantações em 2002 e desde então os córregos tinham começado a fluir de novo, apesar de ter levado 18 meses para um dos córregos se recuperar. A SAPPI não replantou justamente nos córregos mas também não guardou a faixa de 30 metros de largura ao longo dos córregos tal como é exigido pelas normas da Suazilândia. Em certo lugar, as árvores estavam a pouco mais de 10 metros de um córrego.

Ele apontou para o restante de uma parede- tudo o que restou de uma moradia- agora completamente cercada pelas fileiras dos pinheiros da SAPPI. As montanhas “já foram pastagens e terras de lavoura para a população local”, disse George.

Em 1994, George nos disse que tinha escrito à SAPPI reclamando da falta de água em sua granja. Sete meses mais

tarde, a SAPPI respondeu, prometendo que analisaria o problema. A SAPPI disse a George que a pesquisa levaria dois anos. Ainda está esperando os resultados da pesquisa.

Em 2004, ele iniciou um processo legal contra a SAPPI. George salientou que não era justo que sua terra secasse. "Outros córregos também secaram e não houve qualquer seca que pudesse ser considerada como culpada," ele disse.

Em junho de 2006, a Soil Association's Woodmark certificou as plantações da SAPPI na Suazilândia como bem manejadas conforme o sistema do Conselho de Manejo Florestal. Peter George se reuniu com a equipe avaliadora da Woodmark em março de 2006. O resumo público da Woodmark sobre a avaliação reconhece que a reunião aconteceu mas oferece poucos detalhes. O resumo público menciona que os córregos secaram mas acrescenta que agora estão "voltando à normalidade". Não menciona que durante 12 anos quase não houve água na granja. "A questão relacionada com a redução do fluxo de água causada pela plantação de árvores e a subsequente reclamação está 'sub judice' e portanto [sic] sob a consideração judicial, comentam os assessores da Woodmark no resumo público.

Conforme a norma sub judice (do latim, "sob julgamento) da legislação britânica, pode ser um crime discutir publicamente os processos judiciais atuais ou futuros. A norma visa proteger o direito dos acusados a um julgamento justo, mas neste caso a Woodmark está se escondendo por trás da norma sub judice para evitar um debate legítimo.

Parece que a Woodmark quer que Peter George vá embora. Quando os assessores da Woodmark revisitaram a Suazilândia em 2007 para a auditoria anual das plantações da SAPPI, não convidaram Peter George para sua reunião de acionistas. Também não visitaram a granja dele.

Em agosto de 2007, George escreveu à Woodmark salientando que "a SAPPI não tem nenhuma licença de plantação para os blocos em questão e nem sequer a solicitou." George tem uma carta da SAPPI que afirma que a empresa não tem licença de plantação para o Bloco X- a terra acima da Granja Elangeni. George escreveu para a Woodmark, "Na minha opinião, a SAPPI não deveria receber certificação até esse assunto ficar resolvido. Se tal certificação tem sido concedida, tomarei medidas para questioná-la." A Woodmark não respondeu às cartas de George.

Os problemas que Peter George enfrenta em sua granja na Suazilândia não são únicos. O WRM já tem informado de muitos exemplos nos países do Sul em que córregos e fontes de água secaram após as plantações industriais de árvores terem se estabelecido. Em vez de ignorar Peter George, os "especialistas" da Woodmark deviam ter a humildade para perceber que eles têm muito a aprender dele.

<http://chrislang.org>

[início](#)

---

## - União Européia e agrocombustíveis: a insustentabilidade do insustentável

Plantações de dendê, soja, cana-de-açúcar e outras culturas continuam espalhando-se às custas das florestas tropicais e outros ecossistemas fundamentais. A população local indígena, afro-latino-americana e camponesa vem sendo gravemente abalada e despojada de suas terras e seu sustento. A União Européia pretende justificar a acelerada introdução dos agrocombustíveis em seu território estabelecendo critérios de suposta sustentabilidade. Contudo, antes de realizarem avaliações integrais, de consultarem as populações afetadas e de estabelecerem esses critérios, os objetivos ou porcentagens obrigatórios de agrocombustíveis com os que devem ser misturados os combustíveis fósseis já foram estabelecidos com antecedência. As porcentagens são tão altas ( 5,75 até 2010 e 10% até 2020) que são muitas as análises que dizem que são impossíveis de atingir. Essa forma de fazer política sugere que os critérios de sustentabilidade consistirão,

mais uma vez, em um sistema de “maquiagem verde” para confundir a opinião pública, e que beneficiará unicamente as grandes empresas que estão se dedicando ao filão do futuro.

Antes de estabelecer normativas e obrigações que afetam os países do Sul, os países industrializados deveriam ter analisado mais exaustivamente os impactos de suas políticas nacionais sobre o chamado desenvolvimento dos países produtores. Mesmo sem terem acabado de definir as políticas, o negócio se espalha nos países do Sul arrasando a floresta amazônica e outras florestas na faixa tropical, que incluem territórios indígenas e os próprios índios, povos afro- descendentes, biodiversidade e tudo o que achar pela frente. Surgem grandes contradições do fato de estar tentando apresentar uma atividade meramente comercial como a solução dos problemas ambientais e de mudança climática que são reais e de extrema gravidade, mas que infelizmente não acabarão com a implementação do mercado do agrocombustível.

Aliás, a falta de coerência na atuação e ausência de coordenação entre os setores envolvidos e os afetados, e as agendas políticas do Norte e do Sul, que, em grande parte, estão realcionadas com essa tentativa de ajear as realidades díspares do comércio com a proteção do meio ambiente, ameaça criar problemas sociais irreparáveis nas populações extremamente vulneráveis dos países produtores do Sul. Indígenas e afro-latino-americanos vêm sendo empurrados à extinção, e os camponeses vêm sendo expulsos do campo.

Além disso, a sustentabilidade econômica de algumas indústrias parece depender da contínua ameaça à estabilidade do clima e do planeta. Atualmente, os impactos ambientais e sociais da produção de matéria-prima para agrocombustíveis nos países do Sul, como resposta à demanda dos países do Norte, vêm tendo conotações que preocupam seriamente os afetados das comunidades e as organizações sociais e ambientais. Não apenas pelo que já está acontecendo como também pela possibilidade de tudo isso se multiplicar exponencialmente e não tem volta atrás. Os preços da terra e dos alimentos vêm experimentando importantes altas. Para a produção dos agrocombustíveis são desmatadas florestas tropicais, abalando sua biodiversidade e o sustento das pessoas que habitam esses ecossistemas. E ainda são necessárias grandes doses de agroquímicos que contaminam a população, os solos e a água.

No Equador, as comunidades afro de La Chiquita e as indígenas Awá de Guadalito ganharam recentemente um Amparo Constitucional de forma inapelável, que, após um longo processo judicial, obriga o Ministério do Ambiente do país a controlar a poluição das fontes de água por parte das empresas palmicultoras e a tomar as providências correspondentes para corrigir tal poluição. Conforme um relatório de apuração da expansão das monoculturas de dendezeiros nesta região, “o desmatamento intensivo é requisito para a ampliação das culturas de dendê, porque as plantações vêm sendo estabelecidas em regiões de florestas naturais”.

A União Européia está incluindo em suas normativas a condição de sustentabilidade para a importação de matéria-prima dos países do Sul para agrocombustíveis, mas atualmente não tem nenhum sistema para garantir o cumprimento de padrões sociais e ambientais. Aliás, nenhum selo de certificação social e ambiental aplicado hoje em dia em outros âmbitos semelhantes está dando os resultados inicialmente esperados. Muito pelo contrário, o sistema que vêm sendo tomado como referência, o conhecido Conselho de Manejo Florestal (FSC) de certificação florestal (1) recebe inúmeras reclamações<sup>1</sup> que incluem de irregularidades no aspecto ambiental até graves violações dos direitos humanos, que são possíveis devido aos sérios defeitos na estrutura do sistema de certificação. As iniciativas em andamento para certificar a sustentabilidade dos agrocombustíveis têm uma participação predominante dos governos e de outras instituições dos países do primeiro mundo, das empresas e de organizações que favorecem seus interesses, mas não levam em consideração nem os impactos atuais nem as preocupações das organizações sociais do Sul, nem as populações potencialmente afetadas. Trata-se simplesmente de “maquiagem verde”.

Em decorrência disso tudo cabe perguntar-se: estão falando de qual sustentabilidade?. Uma definição aceitável do conceito sustentabilidade abrangeria a proteção ou o manejo adequado do meio ambiente, a

conservação da cultura e o patrimônio e o bem-estar econômico e social no longo prazo das comunidades locais, e neste momento é preciso incluir a mitigação dos impactos do aquecimento global sobre o clima. Neste caso, na corrida do negócio dos agrocombustíveis não parece existir uma preocupação pela conservação da cultura e patrimônio, meio ambiente ou bem-estar no longo prazo, e o clima vem sendo, acima de tudo, usado como “desculpa”.

O “auge” dos agrocombustíveis parece consistir na conquista do espectro mais amplo possível deste mercado no menor prazo possível, para ganhar esta corrida. Aliás, tal e como se apresenta o negócio, sua introdução permite que as empresas usem seu discurso de apresentar-se como protetoras do meio ambiente e ecologistas (ler Al Gore, como representante máximo desta espécie).

Se o desenvolvimento dos esquemas de sustentabilidade ficar por conta das nações industrializadas, sem a intervenção dos países produtores, não serão consideradas nem suas realidades nem suas prioridades socioambientais. E ainda, em muitos casos estas prioridades não estão claras nem sequer no interior dos próprios países produtores, cujas políticas estão, na maioria dos casos, altamente influenciadas por transnacionais e políticas que as apoiam, como as do Banco Mundial, o BID, os organismos de cooperação internacional, etc. Por estes motivos, são os pequenos produtores, a população local, a mais pobre, quem corre o risco de pagar todos os custos- como já acontece hoje em dia.

Portanto, os países do Norte têm a obrigação de considerar os impactos de suas políticas de comércio de agrocombustíveis em outras partes do mundo, concretamente nos países do Sul.

Bibliografia e documentação variada elaborada desde o Sul, em espanhol, a respeito dos impactos dos agrocombustíveis nos países do Sul em: [www.stop-agrocombustibles.nireblog.com](http://www.stop-agrocombustibles.nireblog.com). Documentação e informação em inglês: [www.biofuelwatch.org](http://www.biofuelwatch.org)

Por Guadalupe Rodríguez, Campaigner Selvas Tropicales y Derechos Humanos, Salva la Selva, Latinoamérica, correo electrónico: [Guadalupe@regenwald.org](mailto:Guadalupe@regenwald.org), [www.salvalaselva.org](http://www.salvalaselva.org)

(1) Ver <http://www.fsc-watch.org>

início

---

**Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

**Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://www.wrm.org.uy>

